Como programar o evento do token em torno da mudança

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A sequência que produz o melhor resultado é apresentada a seguir. Ela pressupõe um fundador que detém uma alocação ainda sem vesting e se muda de um Estado de alta tributação para Zug ou Singapura.

1. Defina a natureza da alocação antes de ela ser concedida. Uma alocação comprada pelo mesmo preço e nas mesmas condições que os demais investidores iniciais é capital nos dois polos. Uma alocação concedida por serviços é remuneração nos dois. Os documentos, o preço pago e o momento da concessão em relação ao contrato de prestação de serviços decidem essa questão, e não podem ser reescritos depois.
2. Estabeleça residência no novo polo antes da primeira data de vesting e antes do token generation event. Tanto a Suíça quanto Singapura atribuem a renda ao período em que o contribuinte era residente, e ambas examinarão a data em que o direito se tornou incondicional. Um fundador que se muda dois meses depois do vesting da primeira parcela deu ao antigo Estado de residência um argumento de que a parcela foi auferida ali.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

3. Encerre de forma inequívoca a residência no antigo Estado. A Alemanha examina o domicílio (Wohnsitz) e a residência habitual nos termos dos §§ 8 e 9 do Código Tributário alemão (Abgabenordnung, AO); o Reino Unido aplica o statutory residence test, com suas regras de contagem de dias e de vínculos; Singapura e a Suíça examinam, ambas, o centro de interesses vitais nos casos regidos por tratado. Uma residência mantida, um cônjuge que fica para trás e um assento em conselho que continua são os três fatos que mais frequentemente derrubam uma alegada saída.[1]
4. Não venda durante o primeiro período fiscal de residência se o antigo Estado tiver uma regra de não residência temporária ou de sujeição ampliada e o prazo de detenção ou a janela de cinco anos ainda não tiver expirado.
5. Documente a mudança: contrato de locação, registro na comuna ou na Immigration & Checkpoints Authority, matrícula escolar, conta bancária, mudança da família. As duas administrações tributárias pedem esses documentos quando se invoca um critério de desempate de tratado.
6. Requeira qualquer decisão fiscal antes da primeira data de vesting. Zug concede decisões prévias sobre o status de patrimônio privado e sobre a base do valor fixo em poucas semanas; a IRAS (Inland Revenue Authority of Singapore, a autoridade tributária) emite soluções de consulta prévia (advance ruling) sobre a qualificação de recebimentos de tokens mediante pagamento de taxa e com prazo mais longo.[2]

Checklist

Antes de fixar a data da mudança, confirme: - o cronograma de vesting e a data do token generation event, e que nenhuma parcela tenha vesting antes de a residência estar estabelecida - se a alocação foi comprada ou concedida por serviços, com os documentos que o comprovem - as regras de saída do Estado de origem (§ 6 e § 2 da AStG; regra de cinco anos do Reino Unido; s. 877A dos EUA) e a data mais próxima de alienação segura - a via de autorização no novo polo e seu prazo (vaga de cota suíça ou admissão nos termos do art. 30: três a seis meses; EP ou ONE Pass de Singapura: três a oito semanas) - se os planos do cônjuge são compatíveis com o

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

regime tributário escolhido - a exposição ao imposto sobre a fortuna sobre a posição não vendida, se a escolha for a tributação ordinária em Zug - se convém pedir uma decisão sobre o status de patrimônio privado, a base do valor fixo ou a qualificação dos tokens, e a quem - a data em que a antiga residência é entregue, o contrato de locação é assinado e a família é registrada

Notas

1. Abgabenordnung (AO), §§ 8 e 9; Finance Act 2013, Sch. 45 (statutory residence test); Modelo de Convenção Tributária da OCDE, art. 4, al. 2, e Comentários, pars. 11 a 15, sobre o centro de interesses vitais. ↩
2. IRAS, "Advance Ruling System for Income Tax", tabela de taxas e prazos de processamento conforme publicados; administração tributária cantonal de Zug, prática sobre decisões fiscais prévias (Steuervorbescheide). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.